

Cia. Itaú de Capitalização

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2021

CNPJ nº 23.025.711/0001-16

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Cia. Itaú de Capitalização, relativos aos períodos de 31/12/2021 e 31/12/2020 para contas patrimoniais e de 01/01 a 31/12 de 2021 e de 2020 para resultado, os quais seguem as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

1. Mercado

1.1 Mercado de Seguridade

No período de janeiro a dezembro de 2021 o faturamento do conjunto dos mercados supervisionados pela SUSEP apresentou aumento de 12,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, com cerca de R\$ 307 bilhões em vendas de seguros (prêmios emitidos), previdência (contribuições) e capitalização (arrecadação). Apesar do cenário de COVID-19, verifica-se uma recuperação do setor impulsionado pelos segmentos de seguros (+R\$ 17,9 bilhões) e de previdência (+R\$ 14,0 bilhões).

No acumulado de 2021, a participação do mercado brasileiro de seguros, previdência e capitalização no PIB ⁽¹⁾ foi de 3,5%, redução de 0,1 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em dezembro de 2021, o total das provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização atingiu R\$ 1,3 trilhão, apresentando aumento de 5,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		3.215.991	3.620.991
Disponível		5.040	5.027
Caixa e Bancos.....	2d II	5.040	5.027
Aplicações	2d III, 3	3.197.087	3.601.801
Créditos das Operações de Capitalização		18	--
Créditos das Operações Capitalização.....		18	--
Títulos e Créditos a Receber		13.767	11.061
Títulos e Créditos a Receber.....		11.255	11.023
Créditos Tributários e Previdenciários.....	2d V, 7b I, 7c	2.512	38
Outros Valores e Bens		--	2.995
Outros Valores.....		--	2.995
Despesas Antecipadas		79	107
Ativo Não Circulante		1.440.034	1.175.196
Realizável a Longo Prazo		600.766	335.610
Aplicações	2d III, 3	545.345	299.578
Títulos e Créditos a Receber		55.421	36.032
Créditos Tributários e Previdenciários.....	2d V, 7b I, 7c	34.291	14.297
Depósitos Judiciais e Fiscais.....	5	21.130	21.734
Outros Créditos Operacionais.....		--	1
Investimentos		24.737	25.055
Imóveis Destinados à Renda.....		24.057	25.055
Outros Investimentos.....		680	--
Intangível	2d IV	814.531	814.531
Outros Intangíveis.....		814.531	814.531
Total do Ativo		4.656.025	4.796.187

1.2 Mercado Brasileiro de Capitalização

No período de janeiro a dezembro de 2021, a arrecadação com títulos de capitalização apresentou um aumento de 4,3% em relação ao mesmo período de 2020. As provisões técnicas de capitalização atingiram R\$ 30,8 bilhões, redução de 5,2% em relação a dezembro de 2020.

2. Desempenho

2.1 Resultados

Variações de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021:

O **lucro líquido** alcançou R\$ 176,2 milhões, apresentando um aumento significativo de 119,7% em relação ao mesmo período de 2020. Esse impacto foi causado basicamente por resultado financeiro e pelo aumento de receita líquida com títulos de capitalização.

2.2 Patrimonial

Variações de 31 de dezembro de 2021 em relação a 31 de dezembro de 2020:

· O total de **ativos** atingiu R\$ 4,7 bilhões, redução de 2,9%, influenciado principalmente pela queda das aplicações.

· O **patrimônio líquido** totalizou R\$ 894 milhões, aumento de 0,9%.

· As **provisões técnicas** de capitalização alcançaram R\$ 3,3 bilhões, uma queda de 6,2%, resultante principalmente da redução de provisões para resgates.

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		3.393.125	3.539.404
Contas a Pagar		104.004	34.152
Obrigações a Pagar.....		41.381	4.177
Impostos e Encargos Sociais a Recolher.....		1.425	544
Impostos e Contribuições.....	2d V	61.198	29.431
Provisões Técnicas - Capitalização	2d VI, 4b	3.289.121	3.505.252
Provisões para Resgates.....		3.279.928	3.493.026
Provisões para Sorteios.....		8.788	11.066
Provisão Administrativa.....		405	1.160
Passivo Não Circulante		368.513	370.367
Contas a Pagar		334.098	336.251
Tributos Diferidos.....	2d V, 7b II	334.098	336.251
Outros Débitos		34.415	34.116
Provisões Judiciais.....	5	34.415	34.116
Patrimônio Líquido	8	894.387	886.416
Capital Social.....		558.295	558.295
Reservas de Capital.....		7.606	7.606
Reservas de Reavaliação.....		3.841	3.694
Reservas de Lucros.....		347.572	313.437
Outros Resultados Abrangentes.....		(22.927)	3.384
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		4.656.025	4.796.187

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes Disponíveis para Venda	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
				Legal	Estatutária			
Saldos em 01/01/2020	558.295	7.606	3.547	85.863	148.391	--	--	803.702
Realização de Reserva de Reavaliação.....	--	--	147	--	--	--	(245)	(98)
Total do Resultado Abrangente.....	--	--	--	--	--	3.384	80.190	83.574
Lucro Líquido.....	--	--	--	--	--	--	80.190	80.190
Outros Resultados Abrangentes.....	--	--	--	--	--	3.384	--	3.384
Destinações								
Reservas.....	--	--	--	4.010	75.173	--	(79.183)	--
Dividendos.....	--	--	--	--	--	--	(762)	(762)
Saldos em 31/12/2020	558.295	7.606	3.694	89.873	223.564	3.384	--	886.416
Mutações do Período	--	--	147	4.010	75.173	3.384	--	82.714
Saldos em 01/01/2021	558.295	7.606	3.694	89.873	223.564	3.384	--	886.416
Realização de Reserva de Reavaliação.....	--	--	147	--	--	--	(249)	(102)
Dividendos.....	--	--	--	--	(100.000)	--	--	(100.000)
Juros sobre o Capital Próprio.....	--	--	--	--	(39.658)	--	--	(39.658)
Total do Resultado Abrangente.....	--	--	--	--	--	(26.311)	176.170	149.859
Lucro Líquido.....	--	--	--	--	--	--	176.170	176.170
Outros Resultados Abrangentes.....	--	--	--	--	--	(26.311)	--	(26.311)
Destinações								
Reservas.....	--	--	--	8.808	164.985	--	(173.793)	--
Dividendos.....	--	--	--	--	--	--	(2.128)	(2.128)
Saldos em 31/12/2021	558.295	7.606	3.841	98.681	248.891	(22.927)	--	894.387
Mutações do Período	--	--	147	8.808	25.327	(26.311)	--	7.971

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cia. Itaú de Capitalização (CIACAP) é uma empresa do Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, com atuação em todas as regiões do país, regulada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e tem como objeto social a prática de todas as operações permitidas às empresas de capitalização, conforme definido na legislação vigente.

Os acionistas da CIACAP são: Itauseg Participações S.A. com participação de 99,99985% e Itaú Unibanco S.A. com participação de 0,00015%, ambas participantes do Conglomerado Itaú Unibanco.

As operações da CIACAP são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. (ITAU UNIBANCO HOLDING). Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 21 de fevereiro de 2022.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

a) Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras da CIACAP foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pela SUSEP, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB, na forma homologada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 517/25 e alterações posteriores. As informações nas demonstrações contábeis e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Conforme determina o artigo 134, parágrafo 3º da Circular nº 517/2015 e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (Notas 3a, 2d III) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

b) Novos Pronunciamentos e Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

I - Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período Final em 31 de dezembro de 2021

- Resolução CNSP nº 412/2021 - Altera a Resolução CNSP nº 321/15, sendo as principais alterações: ajustes de qualidade de cobertura do capital mínimo requerido; segregação do patrimônio líquido ajustado em níveis e altera seu cálculo e implementa o Plano de Regularização de Suficiência de Cobertura (PCR).

- Circular Susep nº 634/2021 - Altera a Circular SUSEP nº 517/15, sendo a principal alteração a exigência da divulgação do cálculo dos níveis patrimônio líquido ajustado.

- Circular Susep nº 648/2021 - Altera a Circular SUSEP nº 517/15, a partir de 12/11/2021, modificando os critérios para constituição de ativos fiscais diferidos.

II - Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

- Resolução CNSP nº 432/2021 - Substitui a Resolução CNSP nº 321/15, a partir de 03/01/2022, agregando prazo para adequação dos ajustes de patrimônio líquido ajustado dados pela Resolução CNSP nº 412/21.

- Circular SUSEP nº 648/2021 - Substitui a Circular SUSEP nº 517/15, a partir de 03/01/2022, alterando, principalmente, a forma de reconhecimento da reversão da reserva de benefícios; do ágio e deságio para entidade cessionária de carteras.

c) Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Financeiras, devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. As estimativas e julgamentos que apresentam risco significativo e podem ter impacto relevante nos valores de ativos e passivos são divulgados a seguir. Os resultados reais podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e julgamentos.

I - Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e base negativa a compensar na medida em que se considera provável que a CIACAP gerará lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do ativo fiscal diferido é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos.

II - Valor Justo de Instrumentos Financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de *inputs* específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

III - Redução ao Valor Recuperável (Impairment) do Ágio

A revisão do ágio por redução ao valor recuperável reflete a melhor estimativa da

Administração sobre os fluxos de caixa futuros das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), com identificação das UGC e a estimativa de seu valor justo menos custos de venda e/ou valor em uso. Utiliza-se da metodologia do fluxo de caixa descontado para um período de 5 anos, premissas macroeconômicas, de taxa de crescimento e taxa de desconto.

IV - Provisões, Contingências e Obrigações Legais

A CIACAP revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado. As contingências classificadas como perdas prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Outros Débitos - Provisões Judiciais.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

V - Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações da CIACAP para com os seus clientes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta ou média duração a depender do prazo de vigência do produto contratado.

A determinação do valor do passivo atuarial depende de incertezas inerentes às características dos títulos de capitalização, tais como premissas de persistência, despesas, sorteios e rentabilidade financeira.

As estimativas dessas premissas baseiam-se nas projeções macroeconômicas, na experiência histórica da CIACAP, em avaliações comparativas e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos no resultado do respectivo período.

d) Resumo das Principais Políticas Contábeis

I - Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras da CIACAP estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação.

II - Caixa e equivalentes de caixa

É definido como caixa e contas correntes em bancos e investimentos com prazo original igual ou inferior a 90 dias, considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponível - Caixa e Bancos.

III - Aplicações, ativos e passivos financeiros

Todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os Ativos e Passivos Financeiros são classificados nas seguintes categorias:

• Ativos Mantidos para Negociação.

• Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

• Empréstimos e Recebíveis.

• Passivos Financeiros ao Custo Amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

As compras e as vendas regulares de ativos e passivos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

III.I. Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

Ativos Financeiros adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período.

III.II. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Ativos Financeiros que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido.

Os ganhos e perdas de Ativos Financeiros, quando realizados serão reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido.

III.III. Empréstimos e Recebíveis

A CIACAP classifica como Empréstimos e Recebíveis na seguinte rubrica do Balanço Patrimonial: Títulos e Créditos a Receber.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração do Resultado, na rubrica Resultado Financeiro.

III.IV. Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados como a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração do Resultado, em Resultado Financeiro.

Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela

3. Negócios

O PIC (nosso título de capitalização) é um produto desenvolvido para clientes que gostam de concorrer a prêmios, podendo ser adquirido por meio de pagamento único ou mensal, de acordo com o perfil e segmento de cada cliente.

No período de janeiro a dezembro de 2021, distribuímos o montante de R\$ 57,7 milhões em prêmios. Visando o melhor atendimento e experiência de nossos clientes, nossos canais estão em constante evolução, face ao novo perfil do consumidor que busca cada vez mais o autosserviço.

4. Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito ao dividendo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado apurado em cada exercício, conforme disposto no Estatuto Social.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e competência que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos clientes pela confiança que nos é atribuída.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2022.

A Administração

[1] O percentual de participação no PIB para cada um dos mercados supervisionados é definido como a relação entre o volume de receitas do respectivo mercado e o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil a partir da estimativa do PIB mensal do Banco Central (BACEN).

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	Nota	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Receita Líquida com Títulos de Capitalização		487.190	390.501
Arrecada			

Cia. Itaú de Capitalização

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01

Os ativos contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial, exceto quando a Administração da CIACAP entender que sua realização for praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável, e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial, na rubrica Outros Débitos - Provisões Judiciais.
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas demonstrações financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada.
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e divulgação.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

VIII - Lucro por Ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da CIACAP pelo número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. Não há fatores de diluição, o lucro básico e o lucro diluído são o mesmo.

IX - Receitas

As receitas de capitalização são compostas, basicamente, por arrecadação com vendas de títulos, prescrição e penalidades sobre resgates antecipados. Para Produto de Pagamento Único (PU) são reconhecidas a partir da data de emissão e para Produto de Pagamento Mensal (PM) a emissão do título para a 1ª parcela e a informação quanto ao pagamento por parte do subscritor para as demais parcelas.

NOTA 3 - APLICAÇÕES

a) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

Os ativos financeiros mantidos para negociação contabilizados pelo seu valor justo são apresentados na tabela a seguir:

	Taxa Média a.a.	31/12/2021	31/12/2020
Fundos de Investimentos		2.292.302	2.624.521
Letras Financeiras		747.448	527.661
Letras do Tesouro Nacional		12.852	505.622
Letras Financeiras do Tesouro		579.919	621.938
Notas do Tesouro Nacional		343.852	--
Debêntures		36.692	98.864
Ações		29.550	82.186
Certificados de Depósito Bancário		20.507	116.481
Derivativos		(88)	3.749
Compromissadas		383.813	507.613
Depósitos a Prazo com Garantia Especial		67.484	84.324
Cotas de Fundos de Investimentos		68.787	76.245
Contas a Receber / (Pagar)		1.486	(162)
Títulos de Empresas		904.785	977.280
Certificados de Recebíveis Imobiliários	CDI + 3,25%	11.709	20.184
Letras Financeiras	CDI	5.403	10.339
Debêntures	CDI + 1,24% / IPCA + 7,25%	808.427	816.319
Notas de Crédito	CDI + 2,39%	79.246	130.438
Total		3.197.087	3.601.801

O valor justo dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, por vencimento, são os seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Sem vencimento	99.824	158.269
Até um ano	1.199.209	1.718.416
De um a cinco anos	1.682.092	1.608.866
De cinco a dez anos	211.246	116.250
Após dez anos	4.716	--
Total	3.197.087	3.601.801

Circulante

	3.197.087	3.601.801
--	-----------	-----------

b) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O valor justo e o custo ou custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

	Taxa Média a.a.	31/12/2021		31/12/2020		
		Custo	Valor Justo (no PL)	Custo	Valor Justo (no PL)	Valor Justo
Títulos Públicos		583.556	(38.211)	545.345	293.938	5.640
Letras do Tesouro Nacional	6,01%	311.573	(27.686)	283.887	293.938	5.640
Notas do Tesouro Nacional	10,00%	271.983	(10.525)	261.458	--	--
Total		583.556	(38.211)	545.345	293.938	5.640

O valor justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, por vencimento, são os seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
De um a cinco anos	283.887	299.578
De cinco a dez anos	261.458	--
Total	545.345	299.578

Não Circulante

	545.345	299.578
--	---------	---------

c) Movimentação das aplicações

	31/12/2021		31/12/2020	
	Mantido para Negociação	Disponível para Venda	Total	Total
Saldo Inicial - 01/01	3.601.801	299.578	3.901.379	3.983.977
Aplicações	1.544.978	265.122	1.810.100	3.210.883
Resgate de Principal	(2.091.440)	(7.809)	(2.099.249)	(3.386.915)
Resultado Financeiro	141.748	32.305	174.053	87.794
Ajustes ao Valor Justo (no PL)	--	(43.851)	(43.851)	5.640
Saldo Final	3.197.087	545.345	3.742.432	3.901.379

d) Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos níveis de hierarquia do Valor Justo.

	31/12/2021				31/12/2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Mantidos para Negociação	720.003	2.477.084	--	3.197.087	632.330	2.949.287	20.184	3.601.801
Fundos de Investimentos	--	2.292.302	--	2.292.302	--	2.624.521	--	2.624.521
Debêntures	720.003	88.424	--	808.427	632.330	183.989	--	816.319
Letras Financeiras	--	5.403	--	5.403	--	10.339	--	10.339
Notas de Crédito	--	79.246	--	79.246	--	130.438	--	130.438
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	11.709	--	11.709	--	20.184	--	20.184
Disponíveis para Venda	545.345	--	--	545.345	299.578	--	--	299.578
Títulos Públicos	545.345	--	--	545.345	299.578	--	--	299.578

e) Exposição Máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade

	31/12/2021	%	31/12/2020	%
Setor Público	1.458.904	39,0%	1.599.150	41,0%
Financeiros	1.412.674	37,7%	1.167.264	29,9%
Serviços	445.526	11,9%	656.193	16,8%
Indústria e Comércio	347.578	9,3%	388.799	10,0%
Outros Setores	77.750	2,1%	89.973	2,3%
Total	3.742.432	100,0%	3.901.379	100,0%

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros classificados por nível de risco em:

Classificação Interna	31/12/2021			31/12/2020		
	Mantidos para Negociação	Disponíveis para Venda	Total	Mantidos para Negociação	Disponíveis para Venda	Total
Baixo	3.197.087	545.345	3.742.432	3.596.935	299.578	3.896.513
Médio	--	--	--	4.866	--	4.866
Total	3.197.087	545.345	3.742.432	3.601.801	299.578	3.901.379
%	85,43%	14,57%	100,00%	92,32%	7,68%	100,00%

A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco atribuídos pelos modelos internos do grupo (baixo, médio e alto) e a probabilidade de inadimplência (PD) associada a cada um desses níveis.

Classificação Interna	PD
Baixo	Menor ou igual a 4,44%
Médio	Maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95%
Alto	Maior que 25,95%

NOTA 4 - CAPITALIZAÇÃO

Os produtos comercializados pela CIACAP atendem aos clientes pessoa física e pessoa jurídica, estão estruturados nas modalidades tradicional e incentivo. Relativamente a forma de custeio, os títulos de capitalização podem ser adquiridos por meio de pagamentos único e mensal, conforme estabelecido nas condições gerais e nota técnica atuarial dos produtos.

Os títulos de capitalização estão estruturados com prazo de vigência superiores a 12 meses, tendo como data de início de vigência o pagamento único ou o primeiro pagamento, o que ocorrer primeiro.

Os títulos de capitalização que estão estruturados em séries e numerados sequencialmente. A cada título são atribuídas aleatoriamente, combinações distintas entre si e das demais, numeradas sequencialmente.

a) Provisões Técnicas de Capitalização

- **Provisão Matemática para Capitalização (PMC)** - constituída enquanto não ocorre o evento gerador de resgate do título, e abrange a parcela dos valores arrecadados para capitalização.

- **Provisão para Resgate (PR)** - constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação.

- **Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)** - constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados.

- **Provisão para Sorteios a Pagar (PSP)** - constituída, a partir da data de realização do sorteio até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação.

- **Provisão Complementar de Sorteios (PCS)** - constituída para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar. Utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos sorteios a realizar.

- **Provisão para Despesas Administrativas (PDA)** - constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização.

b) Provisões Técnicas - Movimentação

	Provisões para Resgates (PMC) e (PR)	Provisões para Sorteios (PSR) e (PSP)	Provisões para Despesa Administrativa	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial - 01/01	3.493.026	11.066	1.160	3.505.252	3.489.008
(+) Adições decorrentes de emissão de títulos	2.165.042	57.140	(755)	2.221.427	2.170.686
(+) Atualização financeira das provisões	177.254	9	--	177.263	185.295
(-) Resgates	(2.555.394)	(59.427)	--	(2.614.821)	(2.339.737)
Saldo Final	3.279.928	8.788	405	3.289.121	3.505.252

c) Ativos Oferecidos em Cobertura como Garantias das Provisões Técnicas

Os valores dos bens e direitos vinculados à SUSEP em cobertura das provisões técnicas estão demonstrados no quadro abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões Técnicas	3.289.121	3.505.252
Fundos de Investimentos - Renda Fixa	1.557.268	1.986.049
Fundos de Investimentos - Multimercado	333.474	335.885
Títulos de Empresas	951.708	1.021.145
Títulos Públicos	545.345	299.578
Garantias das Provisões Técnicas	3.387.795	3.642.657
Cobertura Excedente	98.674	137.405

A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em Milhares de Reais, exceto quando indicado) (Continuação)

d) Capital para a Atividade de Capitalização

O quadro abaixo demonstra o cálculo da suficiência de capital, de acordo com as resoluções vigentes.

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio Líquido Ajustado, Capital Mínimo Requerido e Índice de Liquidez		
Patrimônio Líquido	894.387	886.416
Despesas Antecipadas	(79)	(107)
Ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias	(32.204)	--
Ativos Intangíveis (1)	(488.718)	(488.718)
Imóveis urbanos (e direitos de vendas)	(24.058)	--
Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 1 (a)	349.328	397.591
% Nível 1 sobre CMR	203,5%	225,7%
Superávit de fluxos não registrados para as sociedades de capitalização	18.684	193
Superávit entre provisões exatas constituídas e fluxo real sociedades de capitalização	11.286	18.950
Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 2	29.970	19.143
Ajuste de excesso de PLA Nível 2	--	--
Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 2 após ajuste (b)	29.970	19.143
% Nível 2 sobre CMR	17,5%	10,9%
Ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias limitado a 15% do CRM	25.755	--
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado	24.057	--
Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 3	49.812	--
Ajuste de excesso de PLA Nível 3	(24.057)	--
Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 3 após ajuste (c)	25.755	--
% Nível 3 sobre CMR	15,0%	--
Excesso ao limite de 15% do CMR para cobertura por PLA de nível 3 (f)	(24.057)	--
Excesso ao limite de 50% do CMR para cobertura pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3 (g)	--	--
Ajuste do excesso de Patrimônio Líquido Ajustado de Nível 2 e Nível 3 = menor valor entre (f) e (g)	(24.057)	--
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) = soma de (a), (b), (c)	405.053	416.734
Capital Base (d)	10.800	10.800
Capital Adicional de Risco de Subscrição	20.382	20.495
Capital Adicional de Risco de Crédito	122.132	124.636
Capital Adicional de Risco Operacional	7.107	6.771
Capital Adicional de Risco de Mercado	67.028	70.898
Benefício da Correlação entre Risco	(44.952)	(46.678)
Capital de Risco (e)	171.697	176.122
Capital Mínimo Requerido (CMR) = maior valor entre (d) e (e)	171.697	186.922
Suficiência de Capital (PLA - CMR)	233.356	240.612

1) A dedução dos ativos intangíveis considera o ágio por expectativa de rentabilidade futura, líquido da redução ao valor recuperável e das obrigações fiscais diferidas resultantes da diferença temporária associada.

Conforme legislação aplicável em 31/12/2020, a liquidez em relação ao Capital de Risco, neste período, foi de R\$ 35.186.

e) Taxa de Carregamento dos Principais Produtos Comercialização

De acordo com as notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP, seguem os principais produtos de comercialização.

Produto	SUSEP	Tipo (1)	Cota de Carregamento	
			31/12/2021	31/12/2020
PIC Itaú Uniclass	15414.603701/2020-62	PM	de 4,11% a 88,16%	de 4,11% a 88,16%
PIC Itaú Agência	15414.603691/2020-65	PM	de 4,42% a 88,40%	de 4,42% a 88,40%

1) PM - Pagamento Mensal.

NOTA 5 - PROVISÕES, ATIVOS CONTINGENTES E PASSIVOS CONTINGENTES

A CIACAP, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

a) Ativos Contingentes

Não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingências

As provisões relativas às discussões administrativas e judiciais da CIACAP são de longo prazo, e em virtude do tempo de tramitação desses processos impedem a divulgação de prazo para encerramento.

A CIACAP com base em pareceres de seus assessores legais, não está envolvida em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais, além dos destacados no decorrer desta Nota, que possam afetar, de forma relevante, os resultados de suas operações.

I - Provisões Cíveis e Trabalhistas

Ações Cíveis

Cia. Itaú de Capitalização

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01/2021 A 31/12/2021 PARA RESULTADO (Em Milhares de Reais, exceto quando indicado) (Continuação)

II - O saldo da Obrigações Fiscais Diferidas e sua movimentação segregados em função das origens e desembolsos, estão representados por:

	31/12/2020	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2021
Refletido no Resultado	331.531	--	--	331.531
Ativos Intangíveis.....	325.813	--	--	325.813
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes....	5.718	--	--	5.718
Refletido no Patrimônio Líquido	4.720	(2.256)	103	2.567
Ajustes ao Valor Justo de Títulos Disponíveis para Venda.....	2.256	(2.256)	--	--
Reserva de Reavaliação.....	2.464	--	103	2.567
Total	336.251	(2.256)	103	334.098
Total Líquido	(322.735)	2.222	18.619	(301.894)

c) Estimativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos
A estimativa de realização e o valor presente dos Ativos Fiscais Diferidos são:

Ano de Realização	Diferenças Temporárias	%
2022	2.512	7,8%
2023	554	1,7%
2024	22.435	69,7%
2025	205	0,6%
2026	35	0,1%
2027 a 2029	918	2,9%
2030 a 2031	5.545	17,2%
Total	32.204	100,0%

Valor Presente (1)

1) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, basicamente ao volume de operações de capitalização, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O Lucro Líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o Imposto de Renda e Contribuição Social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos ativos fiscais diferidos apresentada acima não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

NOTA 8 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social
Está representado por 670.963 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 603.359 ordinárias e 67.604 preferenciais, estas sem direito a voto, mas com prioridade no reembolso do capital sem prêmio.

b) Dividendos
Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios em cada exercício, correspondente a 1% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro Líquido	176.170	80.190
(-) Reserva Legal.....	(8.808)	(4.010)
Lucro base para determinação do dividendo	167.362	76.180
Dividendos e Juros sobre o capital próprio mínimo obrigatório.....	1.674	762

	31/12/2021			31/12/2020		
	Bruto	IRRF	Líquido	Bruto	IRRF	Líquido
Pagos	100.762	--	100.762	--	--	--
Dividendos Extraordinários.....	100.762	--	100.762	--	--	--
Provisionados (1)	41.786	(5.949)	35.837	762	--	762
Dividendos extraordinários.....	2.128	--	2.128	762	--	762
Juros Sobre o Capital Próprio Extraordinários.....	39.658	(5.949)	33.709	--	--	--

1) Registrados na rubrica Obrigações a Pagar.

NOTA 9 - PARTES RELACIONADAS

a) Transações com Partes Relacionadas
As operações realizadas entre partes relacionadas, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. As principais partes relacionadas são:

- Controladoras - acionistas direto: Itaúseg Participações S.A. e os indiretos: Itaú Unibanco Holding S.A., sua respectiva agência em Cayman e a Itaúsa S.A.

- Empresas do Grupo - as participações diretas da CIACAP, além das demais empresas sob controle do Itaú Unibanco Holding S.A.

- Fundos de investimentos - fundos sob controle do Itaú Unibanco Holding S.A.

- Outras - as participações diretas e indiretas da Itaúsa S.A.; entidades fechadas de previdência complementar, que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo Itaú Unibanco Holding S.A., criados exclusivamente para seus colaboradores; e Fundações e Institutos mantidos por doações do Itaú Unibanco Holding S.A., e pelo resultado gerado pelos seus ativos para viabilização de seus objetivos, bem como a manutenção de estrutura operacional e administrativa.

	Ativos / (Passivos)		Receitas / (Despesas)	
	31/12/2021	31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Aplicações Financeiras	2.251.832	2.559.806	66.824	32.375
Fundos de Investimentos.....	2.251.832	2.559.806	66.824	32.375
Provisões Técnicas - Capitalização	(41.907)	(39.851)	--	--
Empresas do Grupo.....	(41.907)	(39.851)	--	--
Valores a Receber (Pagar)/Receitas de Prestação de Serviços, Despesas Administrativas e/ou Outras Operacionais	--	--	25.955	29.453
Empresas do Grupo.....	--	--	25.955	29.453
Aluguéis	--	--	18.473	18.187
Empresas do Grupo.....	--	--	18.473	18.187
Doações	--	--	--	(1.100)
Outras.....	--	--	--	(1.100)
Convênio de Rateio de Custo Comuns (Inclui atualização monetária registrada no Resultado Financeiro)	--	--	(194.488)	(167.335)
Empresas do Grupo.....	--	--	(194.488)	(167.335)

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração
Os honorários atribuídos aos Administradores da CIACAP são pagos pelo Conglomerado Itaú Unibanco.

NOTA 10 - GERENCIAMENTO DE RISCO

a) Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Responsabilidades
Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais e para garantir que os riscos oriundos dos produtos de seguros, previdência privada e capitalização sejam adequadamente identificados, monitorados, avaliados, reportados e aprovados nos fóruns pertinentes, a CIACAP possui estrutura de gerenciamento de riscos, análoga à estrutura utilizada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, cujas diretrizes são estabelecidas em normativo institucional, aprovado pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias expostas a esses riscos, no Brasil e exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas financeiras.

b) Risco Operacional, Mercado, Crédito e Liquidez

1 - Risco Operacional
O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

DIRETORIA			
Diretor Presidente	Diretores		
Eduardo Nogueira Domeque	Carlos Henrique Donegá Aidar	Renato Giongo Vichi	
	José Geraldo Franco Ortiz Júnior	Rita Rodrigues Ferreira Carvalho	

Sede: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Alfredo Egydio, 9º Andar - São Paulo - SP

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Resolução CNSP 321/2015 e suas alterações e conforme o CAP 002 do Instituto Brasileiro de Atuária em 31/12/2021

Referente à:
Cia. Itaú de Capitalização
Emitido por:
ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS
Aos Acionistas e Administradores da
Cia. Itaú de Capitalização
São Paulo - SP
CNPJ: 23.025.711/0001-16

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Cia. Itaú de Capitalização ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2021, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração
A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - Susep.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Cia Itaú de Capitalização

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Cia Itaú de Capitalização ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia Itaú de Capitalização em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em Milhares de Reais, exceto quando indicado) (Continuação)

A CIACAP classifica internamente seus eventos de risco em:

- Fraude interna.
- Fraude externa.
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços.
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso.
- Interrupção das atividades.
- Falhas em sistemas processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI).
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades.

Ações relacionadas à prevenção a fraudes são conduzidas pela área de inspetoria. Independentemente da origem, os casos específicos podem ser deliberados nos comitês de riscos e comitês de integridade e ética. A CIACAP possui governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, que reportam ao Conselho de Administração, com papéis e responsabilidades bem definidos de forma a segregar as atividades de negócio, gestão e controle, assegurando a independência entre as áreas e, consequentemente, decisões equilibradas em relação aos riscos. Isto se reflete na gestão dos riscos executada de forma descentralizada, que é responsabilidade das áreas de negócio, e pelo controle centralizado, executado pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional, através de metodologias, treinamento, certificação e monitoramento do ambiente de controles de maneira independente.

II - Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado encontra-se aderente à Resolução CMN 4.557 e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia no controle e gerenciamento de risco de mercado de toda a instituição.

A estratégia de gerenciamento de riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado.
- Perfil da carteira do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Capacidade de atuar em mercados específicos.
- A estrutura de controle de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a função de:
 - Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
 - Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo.
 - Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados.
 - Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio.
 - Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado em fatores de risco, tais como: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*. Os índices de inflação brasileiros também são tratados como um grupo de fatores de risco e seguem a mesma estrutura de governança de limites.

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do Conselho de Administração, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição.

As análises do risco de mercado, em relação às operações de seguros, são realizadas com base nas seguintes métricas e medidas de sensibilidade e controle de perdas:

- Valor em Risco (VaR): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança.
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos).
- Sensibilidade (*DV01 - Delta Variation*): impacto no valor justo dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador.
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor justo (*"MM - Mark to Market"*).

Na tabela, apresenta-se a análise de sensibilidade (*DV01 - Delta Variation*) em relação às operações de seguros:

Classe	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor Contábil	DV01	Valor Contábil	DV01
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B).....	343.852	(35)	--	--
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F).....	261.458	(146)	--	--
Letras do Tesouro Nacional (LTN).....	296.739	(65)	805.200	(158)
Títulos Privados				
Indexado a IPCA.....	20.139	(9)	23.454	(9)
Indexado a IGP-M.....	4.716	--	--	--
Indexado a PRÉ.....	36.915	(4)	173.020	(8)
Ações	29.462	295	82.352	824
Ativos Pós-Fixados	2.365.338	--	2.309.740	--
Compromissadas Over	383.813	--	507.613	--
Total (1)	3.742.432		3.901.379	

1) Apresentado no Balanço Patrimonial na rubrica Aplicações.

c) Risco de Liquidez

A CIACAP identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez para as operações de capitalização é feito de forma contínua, a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos relativo aos seus passivos, vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela carteira de ativos financeiros.

d) Risco de Crédito

A CIACAP entende o risco de crédito como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Aplicações

A exposição ao risco de crédito, decorrente de títulos privados utilizados como ativos garantidores para as provisões técnicas, são monitorados diariamente, por área independente à área de investimentos. O limite de exposição é aprovado em comitês superiores e reportado diariamente a aderência à área de risco de crédito e investimento.

Para visão detalhada da exposição ao risco de crédito para Aplicações consultar Nota 3 - Aplicações.

Os documentos "Relatório de Acesso Público - Gestão e Controle de Risco de Mercado / Risco de Crédito / Gestão e Controle de Risco de Liquidez e Gestão Integrada Risco Operacional e Controles Internos" que detalham as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco do conglomerado, que não fazem parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.ita.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatórios.

NOTA 11 - INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

a) Comitê de Auditoria Único

Em atendimento à Resolução CNSP nº 321, de 15/07/2015, a CIACAP aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, por intermédio da instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. O resumo do relatório do referido Comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis da instituição líder.

b) Combate aos efeitos da COVID-19 "Coronavírus"

A CIACAP monitora os efeitos econômicos da pandemia da COVID-19, que podem afetar adversamente seus resultados. Desde o início do surto da COVID-19 no Brasil, foi estruturado o Comitê de Gestão de Crise Institucional, por meio de sua controladora Itaú Unibanco Holding S.A., estabelecendo uma agenda intensificada de gestão de crise responsável pelo acompanhamento da pandemia e de seus impactos em suas operações, além das ações governamentais para mitigá-las.

A CIACAP não identificou impactos significativos em seu resultado decorrentes da COVID-19 neste período, e continua acompanhando e avaliando os impactos, bem como efeitos nas estimativas e julgamentos críticos para elaboração das Demonstrações Contábeis.

	Atuária	Contador
	Bianca Oliveira Lamounier Castello	Arnaldo Alves dos Santos
	MIBA: 1694	CRC 15P210058/O-3

SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuariário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Cia. Itaú Capitalização em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2022

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11

Anderson Gomes Ferreira da Silva
Atuariário - MIBA 2.043

Endereço: Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 - SP Corporate Tower Torre Norte andar 6 conj 61, Vila Nova Conceição, CEP: 04543-907, São Paulo

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:

Cia. Itaú de Capitalização

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Continuação)*

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Redução ao valor recuperável dos valores registrados na conta de Ativo intangível (Notas 2 (c.III) e 2 (d.IV))

O saldo de ativo intangível é submetido, semestralmente, a teste de perda por redução ao valor recuperável. Esse teste envolve estimativas e julgamentos significativos, incluindo a identificação de unidades geradoras de caixa. A determinação dos fluxos de caixa esperados e a taxa de juros ajustada ao risco para cada unidade geradora de caixa ou grupo de unidades geradoras de caixa requer o exercício de julgamento e o uso de estimativas por parte da administração.

Consideramos essa uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria por: (i) envolver a projeção de resultados futuros, em que a utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro de redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações financeiras; (ii) pela representatividade do saldo dessa conta.

Confirmamos nosso entendimento e testamos o desenho e efetividade dos principais controles estabelecidos, incluindo a análise das premissas e julgamentos críticos utilizados pela administração.

Testamos as projeções e as premissas mais representativas utilizadas pela administração para realização do teste do valor recuperável do ativo intangível, com o objetivo de observar a razoabilidade dessas estimativas de realização.

Consideramos que as premissas adotadas pela administração para avaliação da realização dos ativos intangíveis são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas.

Mensuração das provisões técnicas de capitalização (Notas 2 (c.V), 2 (d.VI) e 4)

A Companhia apresenta passivos decorrentes de operações de títulos de capitalização, registradas na rubrica "Provisões Técnicas - Capitalização" nas demonstrações financeiras.

A Provisão Matemática para Capitalização (PMC) é constituída enquanto não ocorre o evento gerador de resgate do título, e abrange a parcela dos valores arrecadados para capitalização e a Provisão para Resgate (PR) é constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação.

Considerando a relevância dos valores para a PMC e PR, consideramos essa uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.

Confirmamos nosso entendimento e testamos o desenho e a efetividade dos principais controles para mensuração dessas provisões técnicas. Para a PMC e PR: (i) testamos a totalidade e integridade da base de dados e confrontamos com os saldos contábeis, (ii) testamos a movimentação referente à atualização das provisões, por meio de técnicas de auditoria por computador.

Consideramos que os critérios adotados pela administração para a mensuração das provisões técnicas, são apropriados e consistentes com a divulgação em notas explicativas.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia está inserida dentro do ambiente de controle do Itaú Unibanco Holding S.A. (Banco), controlador indireto da Companhia.

O Banco e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para processamento de suas operações e consequente elaboração das demonstrações financeiras. A tecnologia representa aspecto fundamental na evolução dos negócios do Banco e suas controladas e nos últimos anos, foram feitos investimentos significativos de curto e longo prazo em sistemas e processos de tecnologia da informação.

A estrutura de tecnologia, portanto, é composta por mais de um ambiente com processos distintos e controles segregados. Adicionalmente, no contexto da pandemia da COVID-19, parte substancial das equipes do Banco e suas subsidiárias continuam realizando suas atividades de forma remota (*home office*) o que gera a necessidade de adaptações aos processos e infraestrutura de tecnologia para a manutenção da continuidade das operações.

A não adequação do ambiente de controles gerais de tecnologia e de seus controles dependentes poderia acarretar em processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras, bem como ocasionar riscos relacionados à segurança da informação e *cybersecurity*. Dessa forma, consideramos essa uma área foco de nossos trabalhos de auditoria.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes do desenho e da efetividade dos principais controles relevantes, bem como a execução de testes realizados com a segurança da informação, incluindo gestão de acesso, segregação de função e monitoramento da capacidade de operação da infraestrutura de tecnologia.

Os procedimentos de auditoria aplicados, resultaram em evidências apropriadas que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2022



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP00160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadario.estadao.com.br/publicacoes/>